



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Extrato da Ata da 1ª Reunião - 2021

1	IDENTIFICAÇÃO					
PAD	6825/2017					
Data	04/03/2021	Início	14:00	Término	15:30	
Local	VIDEOCONFERÊNCIA – ZOOM					
Divulgação:	Publicação do extrato da Ata na internet; Ata completa na intranet.					
Participantes	Membros: <ul style="list-style-type: none">Secretária de Gestão de Serviços: Silmara Aparecida LaskoskiCoordenadora de Infraestrutura Predial: Ivanilda da SilvaAssessora Chefe da Presidência: Rachel Diogenes Ramina Rezler representada por Jillian Roberto Servat, Assessor Jurídico da PresidênciaCoordenadora de Licitações e Contratos: Maria de Fátima AlmeidaCoordenadora de Material e Patrimônio: Marlene Regina KovalskiChefe da 23ª ZE - Ribeirão Claro: Eduardo Pinheiro TestaCoordenador de Fiscalização do Cadastro Eleitoral: Guilherme Babora do CarvalhalSecretário de Tecnologia da Informação: Gilmar Fernandes de Deus representado por Desiree Hernandez Mausbach Ricco, Coordenadora de SistemasSecretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Helton Jose Sanches Ausente: Assessora Jurídica da Diretoria Geral - Lucianna Maria de Araújo Sampaio devido a férias					
	Convidados: <ul style="list-style-type: none">Valdir Muller, Coordenador de Planejamento e OrçamentoBeatriz Rodrigues de Melo, Coordenadora de Auditoria das Contratações e Apoio à Governança InstitucionalJerônimo Nardielo, Chefe da Seção de Obras e ProjetosLuiz Matsuru Bancho, Chefe da Seção de Manutenção dos Imóveis do InteriorRachel Ivania Tasca e Lazzari, Chefe da Seção de Manutenção dos Imóveis da CapitalMarcos Fábio Portela, Coordenador de Serviços e AmbienteMax Luiz de Carvalho, Coordenador de Infraestrutura de TILucas Barke Bruzon, Assistente da Seção de Rede					
2.	PAUTA E DEBATE					
<p>Assunto 1. Abertura e Informações: a) Aprovação e publicação dos documentos da reunião anterior Ata, extrato e Documento Atualizado de Execução dos Trabalhos – aderência planejamento e execução; b) Aprovação pelo Conselho de Governança, em reunião de 14/12/2020, da Metodologia de Priorização de Demandas, com alteração pontual sugerida; c) Publicação da Ata e extrato desta reunião seguirá o padrão adotado (Ata completa na intranet e extrato na internet). d) O planejamento de demandas prioritizadas será publicada na internet.</p> <p>Exposição: Silmara Aparecida Laskoski, Secretária de Gestão de Serviços</p> <p>Assunto 2. Apresentação da proposta de Demandas para priorização, 2021 e 2022, de acordo com a metodologia aplicada aprovada pelo Conselho. PAD 2961/2021.</p> <p>Exposição: Jerônimo Nardielo, Chefe da Seção de Obras e Projetos</p> <p>2.1. Feita a exposição, com esclarecimentos item a item do planejamento 2021 e 2022 e da aplicação dos critérios para cada demanda, houve aprovação pelo comitê, sendo decidido pela publicação das planilhas, servindo como base para análise, no final do exercício financeiro, da aderência (execução x planejamento).</p>						

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 29/04/2021 17:06:55

Por: SILMARA APARECIDA LASKOSKI

TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Extrato da Ata da 1ª Reunião - 2021

2.2. Para 2021, foram incluídas 39 (trinta e nove) demandas em imóveis na Capital e interior do Estado. Para 2022, por ser ano eleitoral, há menor número de demandas no planejamento, constando 24 (vinte e quatro) itens para atendimento.

Assunto 3. Cabeamento estruturado em reformas e em serviços de mudanças de layout - dificuldades pelas áreas gestoras - proposta de alteração de procedimentos.

Exposição: servidores representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação: Marcos Fábio Portela, Coordenador de Serviços e Ambiente, Max Luiz de Carvalho, Coordenador de Infraestrutura de TI e Lucas Barke Bruzon, Assistente da Seção de Rede e servidores da Secretaria de Gestão de Serviços: Jerônimo Nardiello, Chefe da Seção de Obras e Projetos, e Rachel Ivania Tasca e Lazzari, Chefe da Seção de Manutenção dos Imóveis da Capital.

3.1. Foram expostas as dificuldades dos gestores de ambas as secretarias envolvidas (SECGS e SECTI) inerentes aos procedimentos atualmente adotados, com relação às simples adequações de salas nos imóveis da Capital, envolvendo alteração de divisórias e instalações de pontos de rede. A principal dificuldade está no gerenciamento dos contratos pois envolve secretarias distintas e os prazos a serem cumpridos pelo contrato vigente para instalação de pontos de rede, sob gestão da SECTI, muitas vezes, vai além do prazo da reforma gerida pela SECGS. A sugestão, dessa forma, foi para que a parte de cabeamento seja incluída junto com a reforma realizada, no mesmo contrato, nos moldes já seguidos para reformas dos fóruns do interior e que, no caso de mudanças de layout, também haja essa centralização pela seção gestora da SECGS.

3.2. A sugestão foi aceita pela SECGS, a qual sugeriu seguir o modelo de gestor e fiscal, compatibilizando com a necessidade exposta pelo Coordenador de Infraestrutura de TI, Max Luiz de Carvalho. Dessa forma, a fiscalização desses serviços na capital será por conta da seção gestora da SECGS - Seção de Manutenção dos Imóveis da Capital, que fará contato direto com a contratada responsável pelo cabeamento, para planejamento simultâneo às divisórias e fará o recebimento provisório; a gestão permanecerá a cargo da Seção de Rede - SECTI, que continuará responsável pelo ateste dos serviços (recebimento definitivo) para viabilizar o pagamento, bem como pela conferência da parte técnica.

3.3. Superada essa questão inicial, o debate prosseguiu com as unidades gestoras (SECTI e SECGS) expondo ao comitê a preocupação quanto às despesas oriundas das inúmeras e frequentes alterações de layout, sendo retiradas e reinstaladas de divisórias, cabeamento de rede, dentre outros, cujo tema já foi objeto tratado pelo comitê em 2018. Há controle e registros por meio de PAD, especificando custos e logística para análise e autorização pela Secretaria de Gestão de Serviços. Porém, é importante analisar, novamente, a possibilidade de normatizar o procedimento o que foi corroborado pelos representantes da SECTI e pelos membros do comitê. Na referida norma deverá constar padronização das especificações técnicas do cabeamento de rede para o interior, cujos imóveis requerem padrão mais simples, não necessariamente no mesmo definido para a sede.

4. DELIBERAÇÕES / ENCAMINHAMENTOS

4.1 Aprovação e publicação da Ata anterior e definição do processo de divulgação da presente Ata, que seguirá o padrão definido para intranet e internet.

Responsável pela elaboração do documento e publicação: Presidente do Comitê.

4.2 Deliberação pela aprovação e publicação na internet dos documentos - Plano de Priorização de Projetos e Serviços de Engenharia 2021 e 2022, com alterações sugeridas.

Responsável pela publicação: Gabinete da Secretaria de Gestão de Serviços.

4.3 Deliberação pela apresentação de minuta de norma - Ordem de Serviço - sobre os procedimentos necessários para alterações de layouts dos imóveis do TRE, a qual será submetida à Diretoria-Geral.

Responsáveis pela elaboração da minuta: Seção de Manutenção dos Imóveis da Capital e Coordenadoria de Infraestrutura Predial. Prazo: próxima reunião do comitê prevista para maio/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Extrato da Ata da 1ª Reunião - 2021

4.4 Decisão pela designação da SMIC – Seção de Manutenção dos Imóveis da Capital – na pessoa da chefia e substituto, para atuar como fiscal no trabalho conjunto à gestão contratual administrativa e técnica da Seção de Rede.

Responsáveis: definição dos procedimentos pelas coordenadorias envolvidas (SECGS e SECTI) pela elaboração da minuta: Seção de Manutenção dos Imóveis da Capital e Coordenadoria de Infraestrutura Predial

4.5. Quanto ao indicador de segurança, definido na última reunião 2020 para ser trazido à pauta neste ano, com proposta de monitoramento pelo comitê, registra-se que se aguardará definição das áreas gestoras (SECGS/CSTA/SESEG) junto à Coordenadoria de Planejamento Estratégico sobre essa possibilidade.

Responsável: Presidente do Comitê fará o monitoramento do PAD e fará a inclusão em pauta do comitê quando da decisão do TRE.